



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 7/24-27

Data 30 /10 /2024 **Hora de início** 18h45 **Hora de termo** 20h45 **Local** Via Teams

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um | Aprovação do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades.

Ponto Dois | Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento.

Ponto Três | Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar.

Ponto Quatro | Aprovação da proposta de alteração do n.º 2 do Artigo 69.º do Regulamento Interno.

Ponto Cinco | Apreciação do requerimento do Diretor relativo à recuperação integral do tempo de serviço docente.

Ponto Seis | Agendamento de reflexão sobre o uso de telemóveis no Agrupamento.

PRESENÇAS	Representantes pessoal docente	Ana Paula Ferreira	P
		Ana Prates	P
		Elisabete Colónia	P
		Helena Martins	P
		Isabel Pinheiro	F
		Paula Falcão	P
		Teresa Antunes	P
	Representantes pessoal não docente	Vanessa Pinto	P
		Carmina Palreiro	P
	Representantes dos Alunos	Laura Almeida	P
		Francisco Gaspar	P
	Representantes dos pais e EE	Elsa Almeida	F
		Lenita Monteiro	P
		Paula Ramalho	F
	Representantes da autarquia	Rui Roque	P
Cátia Gaudêncio		F	
Sara Simão		F	
Membros cooptados	Sónia Moças	F	
	Ad Sumus	F	
	Clube Recreativo do Feijó	F	
	João Mouro	P	



PERÍODO DE
ANTES DA
ORDEM
DO DIA

Estiveram presentes todos os elementos do Conselho Geral, com exceção dos conselheiros indicados na tabela *supra*.

Confirmada a existência de *quorum*, a presidente deu início à reunião, colocando à votação a ata da reunião de 06/06/2024, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.

Ainda neste período, foi aprovado um voto de agradecimento aos professores e aos assistentes operacionais aposentados desde 14 de dezembro do ano transato, o qual consta como anexo à ata da reunião.

A presidente informou também que recebeu, ontem, uma exposição da coordenadora da SC de Educação Física sobre a ausência de certificação das balizas e das tabelas de basquetebol, atualmente da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada, que limita fortemente a lecionação dos conteúdos da disciplina, assim como sobre a falta de assistentes operacionais (AO), o que igualmente tem implicações no normal funcionamento das aulas. A conselheira Vanessa Pinto, solicitando a palavra, exemplificou o défice de assistentes operacionais, referindo que chegam a estar apenas dois funcionários ao serviço em toda a ESRC, em determinadas horas.

Sobre estes assuntos, o Diretor informou que haverá um concurso para AO no princípio de dezembro. Informou ainda que se iniciará em breve a substituição do chão da biblioteca da EB da Alembança e que está também a aguardar o agendamento da iluminação exterior na mesma escola.

Dada a extensão da ordem de trabalhos, a presidente sugeriu que estes assuntos fossem abordados na próxima reunião, que ficou desde já agendada para o dia 26 de novembro.

PONTO 1

Dando, de seguida, cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, começou por ser analisado o relatório final de execução do Plano Anual de Atividades. Durante esta fase, a conselheira Ana Prates sugeriu que a identificação nominal dos alunos, incluindo os de Quadro de Mérito Cívico, seja retirada ou apresentada em documento à parte. Mencionou ainda a importância de se dar conhecimento do balanço da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem, nomeadamente as atribuídas aos alunos cegos e de baixa visão, assim como das estratégias implementadas para que os alunos com Português Língua Não Materna (PLNM) atinjam sucesso escolar. A Presidente do Conselho Geral, subscrevendo todas as sugestões apresentadas, referiu ainda que não consta qualquer análise ou referência ao programa de tutorias e mentorias. Nesse sentido, propôs que o documento possa ser reformulado, tornando-o mais esclarecedor. O Diretor concordou com esta reformulação.

A propósito de uma das conclusões do relatório final de execução do Plano Anual de Atividades, concretamente a que refere que «Ainda pode ser feito muito trabalho em termos de estimular nos alunos as aprendizagens a partir de trabalho autónomo», a conselheira Ana Prates sublinhou ser esta mais uma razão para que o Conselho Pedagógico considere pertinente a construção de um centro de recursos digitais, atividade proposta pelo projeto LICC@ (Laboratório de Imagem, Comunicação e Conhecimento Digital), o que não se verificou. O Diretor concordou com esta análise e comprometeu-se a fomentar o apoio do Conselho Pedagógico.

Terminada a discussão, o Conselho Geral recomendou a revisão do relatório final de execução do Plano Anual de Atividades, para que venha a ser novamente submetido à aprovação, a fim de que possam ser clarificados alguns aspetos, em particular a inclusão de dados que permitam aferir o sucesso da aplicação das medidas de apoio à inclusão, nomeadamente as seletivas e adicionais e as respeitantes aos alunos cegos e de baixa visão, assim como a análise dos dados relativos aos alunos com Português Língua Não Materna (PLNM) e a avaliação dos resultados do programa de tutorias.

PONTO 2

Neste ponto da ordem de trabalhos, a conselheira Elisabete Colónia referiu que algumas salas de aula da Escola da Alembrança ainda têm os estores muito danificados e que esta situação prejudica as aulas.

A conselheira Paula Falcão salientou a importância da existência de projetores e de quadros adequados, nos laboratórios de Biologia e de Química, uma vez que os mesmos não foram objeto de substituição aquando da última intervenção nestes dispositivos.

A Presidente do Conselho Geral questionou o Diretor acerca do equipamento informático e da sua qualidade. O Diretor esclareceu que está prevista uma intervenção na escola com vista ao aumento da velocidade da rede min-edu e à colocação de um equipamento hotspot nas salas de aula. Informou também que neste momento não se conseguem atribuir aos alunos os kits digitais disponíveis na escola.

A este propósito, o conselheiro Rui Roque questionou o Diretor sobre quais as medidas a tomar, por parte dos Encarregados de Educação, para agilizar a referida intervenção. O Diretor mencionou que se pode questionar a tutela acerca das medidas que pretende tomar relativamente à Escola Digital. No que diz respeito a esta questão, a conselheira Ana Prates sublinhou a importância de a tutela desbloquear a atribuição de computadores a alunos que não têm este equipamento, uma vez que a situação atual não contribui para a igualdade de oportunidades.

A conselheira Ana Prates, sugeriu ainda que o Agrupamento possa vir a completar a colocação de painéis acústicos na sala vinte da ESRC e no bar dos alunos, cuja verba parcial está já assegurada no âmbito do Orçamento Participativo das Escolas.

A conselheira Vanessa Pinto reforçou a necessidade da existência de um telheiro à entrada da Escola da Alembança. O Diretor esclareceu que esta intervenção é da competência da Câmara Municipal de Almada.

A conselheira Helena Martins, questionou da possibilidade da colocação de um telheiro na Escola Básica de Vale Flores para que os alunos tenham um espaço coberto para a utilização como recreio nos dias de chuva. O Diretor esclareceu que este pedido deve ser feito também à Câmara Municipal de Almada e não através das linhas orientadoras do orçamento.

Após análise e discussão foram atualizadas as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para o ano de 2025, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

PONTO 3

Após revisão, foi aprovada a continuidade das linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da Ação Social Escolar anteriormente aprovadas.

PONTO 4

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta da Coordenadora de Cidadania e Desenvolvimento apresentada ao Conselho Pedagógico, de alteração do n.º 2 do Artigo 69.º do Regulamento Interno, relativa à composição da comissão de Cidadania e Desenvolvimento, passando a mesma a ser constituída por um coordenador da Educação Pré-Escolar, um coordenador de cada ciclo do Ensino Básico, um coordenador do Ensino Secundário e um coordenador dos Cursos Profissionais e de Dupla Certificação. Esta alteração contribui para a eficiência e eficácia de todos os níveis de ensino e para uma melhoria significativa, pois torna-se um processo mais colaborativo e menos burocrático.

PONTO 5

Foi deferido o requerimento do Diretor para utilização da última avaliação de desempenho, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de Julho (RITS).



PONTO 6

Considerando as preocupações emergentes, de natureza pedagógica, social e psicológica, inerentes à utilização de *smartphones* por parte das crianças e jovens, assim como a recomendação do MECI sobre a utilização desses dispositivos no espaço escolar, o Conselho Geral entendeu iniciar um processo de reflexão por parte do Agrupamento sobre esta questão. Para tal, acordaram os conselheiros que cada corpo representado possa auscultar os seus pares sobre que medidas deverão ser ponderadas no AERC sobre esta matéria, contribuindo, assim, para a discussão posterior por parte dos restantes órgãos.

Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, a presidente do Conselho Geral deu por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

A Secretária

A Presidente do Conselho Geral

(Helena Martins)

(Teresa Antunes)